



AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL E REGIÃO SUL

**FAMILY FARMING AND PRODUCTIVE TRANSFORMATIONS:
AN ANALYSIS OF BRAZIL AND THE SOUTHERN REGION**

AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL E REGIÃO SUL

FAMILY FARMING AND PRODUCTIVE TRANSFORMATIONS: AN ANALYSIS OF BRAZIL AND THE SOUTHERN REGION

Janete Stoffel¹ | Marisela García Hernandez²
Luis Claudio Krajevski³ | Fernando Cezar de Macedo Mota⁴

Recebimento: 21/03/2025

Aceite: 18/10/2025

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC).
Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Laranjeiras do Sul – PR, Brasil.
E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

³ Doutor em Desenvolvimento Regional (FURB).
Docente da Universidade Federal do Paraná.
Curitiba – PR, Brasil.
E-mail: luisck@ufpr.br

² Doutora em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP).
Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Laranjeiras do Sul – PR, Brasil.
E-mail: marigh98territorios@gmail.com

⁴ Doutor em Economia Aplicada (UNICAMP).
Docente da Universidade de Campinas.
Campinas – SP, Brasil.
E-mail: fernando.cezar.macedo@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo interpretar o sentido das transformações observadas na produção agrícola no Brasil e na Região Sul, comparativamente às mudanças ocorridas na agricultura familiar, considerando as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja, no período de 1982 a 2022. Para isso, procedeu-se ao levantamento de dados referente ao período de estudo, levando em conta a área plantada e a produção das culturas selecionadas a partir da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, além de revisão bibliográfica. Os resultados mostram que o Brasil aumentou a produção de soja de 4,2% para 11,3%, de milho de 7,2% para 10,2%, enquanto os três produtos restantes, somados, reduziram sua representatividade de 12% para 2,9% no período investigado, tendência seguida pela agricultura da Região Sul, com exceção do arroz. Com relação à agricultura familiar, em ambas as escalas, observou-se redução na produção de todas as culturas analisadas, exceto da soja, que foi ampliada. Esses dados reforçam resultados de outras pesquisas, que apontam uma especialização crescente da agricultura brasileira na produção de commodities agrícolas, assim como certo afastamento dos agricultores familiares quanto ao seu papel histórico na produção de alimentos, fato relativamente novo. Essas substantivas transformações se desenvolvem à luz da reprimarização da economia, priorização as demandas do mercado internacional, em detrimento do mercado interno.

Palavras-chave: Reprimarização. Uso da terra. Estrutura fundiária. Alimentação.
Transformações produtivas.

ABSTRACT

The present research aimed to interpret the meaning of the transformations observed in agricultural production in Brazil and the Southern Region, compared to changes in family farming, focusing on the crops of rice, beans, cassava, corn, and soybeans, during the period from 1982 to 2022. For this purpose, data collection was conducted for the study period, taking into account the planted area and production of the selected crops based on the Municipal Agricultural Survey (PAM) and the Agricultural Censuses of 2006 and 2017, in addition to a literature review. The results show that Brazil increased soybean production from 4.2% to 11.3%, and corn from 7.2% to 10.2%, while the combined share of the other three products decreased from 12% to 2.9% during the investigated period, a trend followed by agriculture in the Southern Region, except for rice. Regarding family farming, at both scales, a reduction in production was observed for all analyzed crops, except for soybeans, which were expanded. These data reinforce findings from other studies, which indicate an increasing specialization of Brazilian agriculture in the production of agricultural commodities, as well as a certain detachment of family farmers from their historical role in food production, a relatively new phenomenon. These substantial transformations occur in a scenario of the economy's re-primarization, prioritizing international market demands over the domestic market.

Keywords: Reprimarization. Land use. Land structure. Food. Productive transformations.

INTRODUÇÃO

As opções econômicas e políticas feitas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970 criaram condições favoráveis para a posterior especialização da agricultura empresarial na produção de commodities, impulsionada, nitidamente, a partir dos anos de 1990. Desde então as exportações agrominerais tornaram-se o eixo dinâmico da economia, concomitantemente a um processo de desindustrialização, tornando o país um dos maiores exportadores de soja, cana-de-açúcar, carnes e minérios (Ramos 2007; Delgado, 2012; Sampaio, 2019; BACEN, 2021; Macedo, 2023; Sampaio, 2024).

A presente pesquisa teve por objetivo interpretar qual o sentido das transformações observadas na produção agrícola no Brasil e na Região Sul, de 1982 a 2022, comparativamente às mudanças ocorridas na agricultura familiar, considerando as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja. A análise comparativa com a Região Sul é particularmente relevante para os estudos de desenvolvimento regional, pois nela convivem, de forma precoce, o agronegócio e a agricultura familiar, tornando-a um espaço central para observar tendências, pontos de contato e ruptura entre esses dois tipos de unidades de produção, historicamente diferenciadas, no que se refere à produção agrícola.



Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está organizado em cinco seções além desta breve introdução. A seguir é exibida a metodologia adotada neste estudo. A terceira seção mostra as mudanças na produção das culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja no Brasil, no período de 1982 e 2022. Na sequência são examinadas as transformações produtivas na região Sul. A quinta seção discute o uso da terra na agricultura familiar. Por fim, são expostas as considerações finais que sintetizam os achados da pesquisa.

Os resultados mostram que o Brasil aumentou a produção de soja, de milho, enquanto os três produtos restantes (arroz, feijão e mandioca) reduziram sua representatividade no período investigado, tendência seguida pela agricultura da Região Sul, com exceção do arroz. Com relação à agricultura familiar, que historicamente caracteriza-se pela oferta variada de alimentos *in natura*, em ambas as escalas, constatou-se redução na produção de todas as culturas analisadas, exceto da soja, que foi ampliada. Essas substantivas transformações revelam a priorização das demandas do mercado internacional, em detrimento do mercado interno, o que reconfigurou estruturas produtivas regionais, com reflexos para a diversidade produtiva que historicamente caracterizara certas parcelas do território, como a Região Sul.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é resultado de uma revisão bibliográfica e do levantamento e análise de dados secundários junto à Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), para o período de 1982 a 2022, assim como dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, disponíveis no Sistema Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Recuperação Automática (SIDRA). A integração e sistematização de reflexões e dados visou possibilitar, teórica e empiricamente, o alcance dos objetivos propostos.

A fundamentação teórica, baseada na perspectiva histórico-estrutural da economia brasileira, orientou o delineamento desta pesquisa. O processo de reprimarização e comoditização da agricultura motivou a seleção de culturas que representam tanto as *commodities* de exportação (soja e milho) quanto os alimentos para o mercado interno (arroz, feijão e mandioca). O recorte temporal de 1982 a 2022 foi definido para capturar o sentido das transformações estruturais na produção agrícola, a partir dos dados da PAM, as quais se intensificaram a partir da década de 1990. Por fim, a distinção entre agricultura familiar



e não familiar, a partir dos Censos Agropecuários, foi importante para investigar, comparativamente, o sentido das transformações em tela em ambas as categorias.

Em relação aos dados, inicialmente, acessou-se a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, da qual foram extraídas as variáveis área colhida (em hectares) e quantidade produzida (em toneladas) de lavouras temporárias e permanentes. Esse levantamento abrange informações sobre 71 produtos desde 1974. Na pesquisa aqui apresentada, o período da coleta de dados foi de 1982 a 2022, totalizando 40 anos, período no qual é possível observar transformações estruturais da agricultura brasileira. Dentre a amplitude de informações, e conforme já mencionado, o foco da pesquisa se direcionou para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja. Foram escolhidas essas culturas por serem produtos que se constituem como alimentos que integram a mesa dos brasileiros e/ou se caracterizar como commodities com ampla demanda internacional.

Nos dados da PAM, não foi possível identificar quem produz as culturas. Em razão disso, o exame adicional a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, visando verificar como a agricultura familiar evoluiu quanto à produção dessas cinco culturas. Este levantamento foi feito tanto para a escala nacional quanto para a Região Sul. A escolha dessa região teve dois motivos: a) a histórica presença de agricultura familiar na região; b) por ser um espaço no qual a agricultura capitalista avançou mais cedo em relação às demais regiões do país, especialmente desde a inserção das culturas de soja e milho e incorporação das técnicas oriundas da modernização conservadora.

A COMODITIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil é um país subdesenvolvido, que se inseriu no sistema capitalista de forma tardia e periférica (Furtado, 1974; Mello, 1982; Furtado, 2000). Durante a maior parte da sua história, participou da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) na qualidade de produtor de matérias-primas advindas da mineração e da agricultura, com curta exceção entre 1950 e 1980.

A partir da década de 1960, o meio rural brasileiro foi submetido a um processo de modernização conservadora, caracterizado pela alteração da base técnica da produção, que passou a adotar o paradigma tecnológico da Revolução Verde, sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes (Furtado, 1974). Esse processo criou condições propícias à agroindustrialização, bem



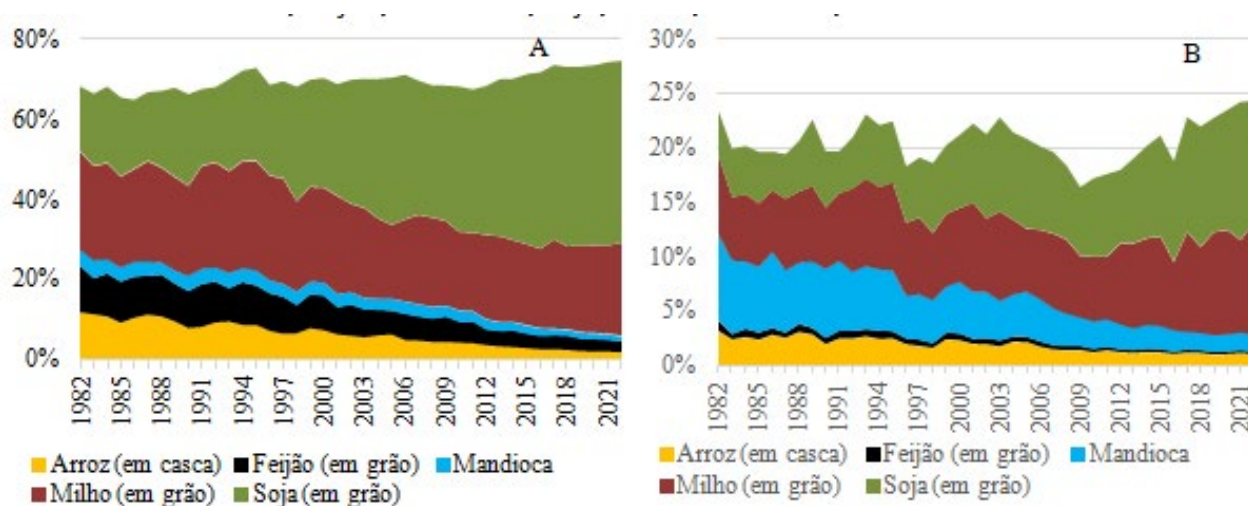
como para a posterior especialização produtiva em commodities agrícolas, observada a partir da metade dos anos 1990 (Delgado, 2012; Pires, 2023).

As opções políticas realizadas na década de 1990, à luz da ideologia neoliberal, promoveram o abandono da industrialização, em concomitância com a reprimarização e a externalização do eixo dinâmico da economia (Sampaio Jr., 2007; Delgado, 2012; Salama, 2016). Os resultados deste estudo indicam que entre 1982 e 2022, a produção agrícola do Brasil, dentre o conjunto das 71 culturas informadas na PAM, teve mudanças substantivas na evolução da participação percentual da área colhida e de produção de arroz, feijão, mandioca, milho e soja (IBGE, 2024b), conforme mostrado a seguir.

As culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja correspondiam a 68,1% do total da área colhida das lavouras temporárias e permanentes em 1982 (34,8 milhões de hectares). Em 2022, o percentual passou a ser de 74,5%, em uma área de 67,3 milhões de hectares, com importantes diferenças entre as cinco culturas (Figura 1).

Em 1982, a cultura de milho era responsável por 24,6% da área colhida total das lavouras temporárias e permanentes, a soja ocupava 16%, enquanto arroz, feijão e mandioca somavam 27,5%. Em 2022, a soja correspondia a 45,2% da área colhida total, o milho a 23,3% e, nas outras três culturas, a queda foi drástica, passando a ser de apenas 6% (Figura 1).

Figura 1 | Evolução percentual da área colhida (A) e quantidade produzida (B) de arroz, feijão, mandioca, soja, milho, no Brasil, de 1982 a 2022



Fonte: elaborado a partir da Pesquisa Agrícola Municipal de 1982 a 2022 (IBGE, 2024b).



Em valores absolutos, a área colhida de soja aumentou de 8,2 milhões de hectares (ha) para 40,9 milhões de ha (expansão de 397,5%). No milho, cresceu de 12,6 para 21,0 milhões de ha (acréscimo de 66,7%). Já no caso do arroz, diminuiu de 6 para 1,6 milhão no período (contração de 73,1%), no feijão encolheu de 5,9 milhões de hectares para 2,6 milhões, em 2022 (queda de 56%), e na mandioca o declínio foi de 2,1 milhões de ha para 1,2 milhão de ha (redução de 44,3%).

No que tange à quantidade produzida (Figura 1) no primeiro ano da série analisada, as cinco culturas representavam 23,4% da quantidade produzida em lavouras temporárias e permanentes, passando a ser de 24,4%¹, em 2022. Mesmo que, no conjunto, as cinco culturas tenham apresentado pouca variação na participação, quando a lente é aproximada para cada cultura, observa-se que o milho e soja aumentaram sua produção de 7,2% para 10,2% e de 4,2% para 11,3%, respectivamente. Já os outros três produtos, somados, reduziram sua representatividade de 12% para 2,9% no período considerado.

Em valores absolutos, a produção de soja passou, nacionalmente, de 12,8 para 120,7 milhões de toneladas (+ 840,3%) nos 40 anos da série. A Região Centro-Oeste apresentou o maior crescimento, passando de 2,5 milhões de toneladas para 62,1 milhões (+ 2.387%), respondendo, sozinha, por 51,5% da produção nacional, em 2022. A segunda região com a maior produção é o Sul, no qual o crescimento foi de 8,9 milhões de toneladas para 25,3 milhões (+ 109,3%), sendo responsável por 20,9% de toda a produção nacional, em 2022. As regiões Nordeste, Sudeste e Norte produziram, nesta ordem, 12,7; 12,1 e 8,5 milhões de toneladas de soja, em 2022 (IBGE, 2024b).

No milho, a quantidade produzida no âmbito nacional aumentou de 21,8 para 109,4 milhões de toneladas (+ 400,9%). Regionalmente, no Centro-Oeste, passou de 2,5 milhões para 62,2 milhões de toneladas (+ 2.418%), tornando-se responsável por 56,8% de toda produção nacional, em 2022. A Região Sul produzia, em 1982, um volume de 11,2 milhões de toneladas, o qual cresceu para 20,7 milhões de toneladas, em 2022 (+ 84,7%). Neste último ano, a região produziu 18,9% da quantidade de milho no país. As regiões Sudeste, Nordeste e Norte produziram, cada qual, 12,7; 8,9 e 4,9 milhões de toneladas deste grão, em 2022 (IBGE, 2024b).

O volume produzido de arroz passou de 9,7 para 10,7 milhões de toneladas (+ 10,7%) neste período. Na observação regional, o Sul aumentou a produção de 3,2 milhões para 9 milhões de toneladas (+ 180%),

1 A cana de açúcar em 2022 representou 67,58% do total colhido nas lavouras temporárias e permanentes do país.

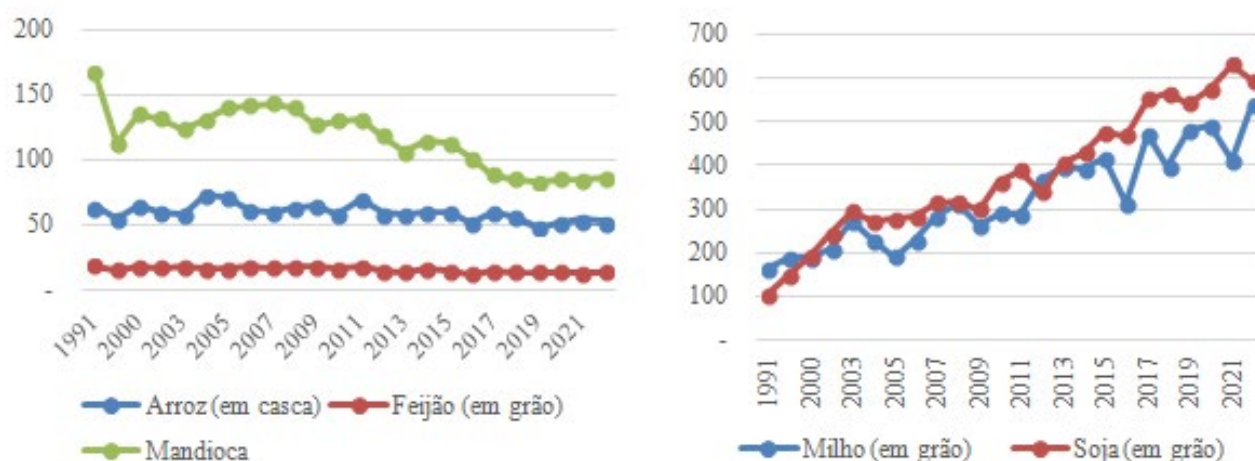
sendo que 84,1% de todo o arroz produzido no país, em 2022, foi obtido nas lavouras desta região. No Norte, ocorreu crescimento de 417,1 mil para 847,6 mil toneladas de arroz (+ 103,2%), configurando-se como a região com o segundo maior volume produzido desta cultura, em 2022 (7,9%). No Centro-Oeste, há um declínio intenso da produção, que passou de 2,7 milhões para 515,6 mil toneladas entre 1982 e 2022 (redução de 81,3%). No Nordeste e Sudeste também aconteceu encolhimento na produção de arroz, regiões responsáveis por 337,7 mil e 68 mil toneladas do grão (IBGE, 2024b).

Com relação ao feijão, a quantidade produzida, no Brasil, passou de 2,9 milhões para 2,8 milhões de toneladas (declínio de 2,1%). No Sul, a produção desta cultura foi reduzida de 1,1 milhão para 926,7 mil toneladas (-18,3%), sendo a região que produziu 33,1% da quantidade nacional, em 2022. O Sudeste é a região com o segundo maior volume de produção de feijão, havendo pequena redução, de 798,7 mil para 721,5 mil toneladas, entre os dois anos observados (-9,7%). Nessa região, em 2022, foi produzido 25,8% de todo o feijão brasileiro. No Centro-Oeste, há um crescimento na produção, que passa de 166,3 mil para 668,1 mil toneladas (+301,6%), representando, em 2022, 23,8% do total nacional. No Nordeste, em 2022, a produção do grão era de 438,1 mil e no Norte de 87,8 milhões de toneladas (IBGE, 2024b).

A produção de mandioca foi reduzida de 24,1 para 17,6 milhões de toneladas entre 1982 e 2022 (retração de 26,7%). Observando o comportamento regional dessa cultura, a região com maior volume produzido, em 2022, é o Norte. Em 1982, eram produzidas 3,3 milhões de toneladas, passando, no ano mais recente, a ser de 6,3 milhões de toneladas, o que corresponde a 35,8% de toda produção nacional. Na região Nordeste, nota-se um declínio expressivo no volume produzido, tendo caído de 13 milhões para 3,8 milhões de toneladas no período em análise. Também no Sul houve redução da produção de 4 milhões para 3,8 milhões de toneladas.

Assim, Nordeste e Sul, no ano de 2022, correspondem, cada qual, a 21,6% do total de mandioca produzido no país. No Sudeste, a redução foi de 2,8 milhão para 2,3 milhões de toneladas, enquanto no Centro-Oeste, apesar de ser a região que menos produz mandioca, a produção aumentou de 883,2 mil toneladas para 1,4 milhão desse volume (IBGE, 2024b). Essas transformações agrícolas alteram a evolução do volume per capita disponível de todas as culturas no período de estudo (1991 e 2022), afetando itens integrantes da cesta básica de alimentos, conforme aponta a figura 2.

Figura 2 | Evolução da quantidade produzida anualmente (em kg), per capita, de arroz, feijão, mandioca, milho e soja no Brasil em anos selecionados²



Fonte: elaborada a partir dos dados da PAM (IBGE, 2024b) e dados populacionais (IBGE, 2025a).

Constata-se que, no caso do arroz, a quantidade passou de 64,6 kg anuais, em 1991, para 53,1 kg, em 2022. No feijão, a produção per capita caiu de 19,7 kg para 14 kg³ anuais, enquanto a de mandioca diminuiu de 167,1 kg para 86,9 kg no mesmo período. Por outro lado, a produção de milho aumentou de 160,9 kg por pessoa para 538,8 kg, e a soja cresceu de 101,7 kg para 594,3 kg per capita. Essas mudanças são resultado do forte estímulo governamental voltado para a produção de culturas destinadas à exportação, principalmente no início do século XXI, quando sua demanda e preço aumentaram, e haja vista a relativa falta de estímulos à produção voltada ao mercado interno (Delgado, 2012; Flexor; Kato; Leite, 2022).

As oscilações para mais ou menos no volume de produção apresentam uma tendência de favorecer o aumento nas quantidades produzidas, especialmente daquelas culturas que têm, no mercado internacional, um destino importante e que, a partir do início do século XXI, usufruem de demanda crescente, com preços mais atrativos e, concomitantemente, atraem maiores investimentos e maiores volumes produzidos e áreas ocupadas.

² Para calcular os valores per capita, o tamanho da população foi obtido a partir das contagens populacionais, estimativas populacionais e censos demográficos disponibilizados pelo IBGE (2025a).

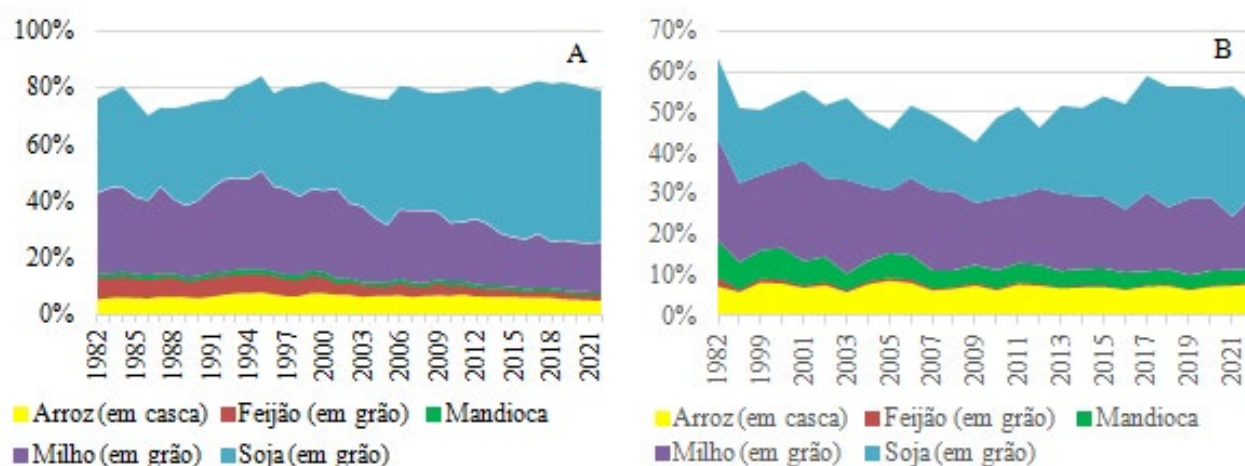
³ Flexor; Kato; Leite (2022, p. 23) mencionam que “de 1980 a 2020, o consumo per capita de feijão, no Brasil, recuou 42,5%, passando de 24,9 para 14,3 kg/hab/ano”.

TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Na Região Sul, as culturas de soja e milho já tinham uma participação relevante, tanto em área colhida, quanto em quantidade produzida, em 1974, uma vez que os percentuais eram, respectivamente 27,3% e 17,5%, à proporção que, nas demais macrorregiões brasileiras, essa cultura é introduzida apenas na década de 1980.

Nesse rumo, averiguando as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja constata-se que, em 1982, a área colhida (em hectares) correspondia a 76,4% do total de área cultivada pelas 71 culturas de lavouras temporárias e permanentes, espaço que foi ampliado para 79,3%, em 2022 (Figura 3). As cinco culturas têm peso maior na estrutura produtiva da Região Sul quando comparada com o âmbito nacional, uma vez que no país os percentuais de área colhida passaram de 68,1% para 74,5%.

Figura 3 | Evolução percentual da área colhida (A) e quantidade produzida (B) de arroz, feijão, mandioca, soja, milho, na Região Sul de 1982 a 2022



Fonte: elaborado a partir da Pesquisa Agrícola Municipal de 1982 a 2022 (IBGE, 2024b).

Na análise individual das culturas, constata-se mudanças substanciais na área colhida, com maior destaque para soja e milho. No caso da soja, a área colhida, em 1982, correspondia a 33,1% do conjunto das 71 culturas de lavouras temporárias e permanentes, passando para 53,6% em 2022. O milho, por sua vez, reduziu sua participação de 28,5% para 17,6% no período. Já as culturas de arroz, feijão e mandioca tinham área colhida que equivalia a 14,8%, no início do período, reduzindo sua participação para 8,0% (IBGE, 2024b).

Em valores absolutos, a área colhida de soja, em 1982, era de 6,1 milhões de hectares e passou para 12,6 milhões em 2022 (crescimento de 107,1%), enquanto a nível nacional o crescimento foi de 397,5%. Essa diferença provavelmente deve-se aos limites naturais de expansão da fronteira agrícola no Sul, haja vista que a região iniciou o processo de cultivo da soja mais cedo (Frantz; Silva Neto, 2005).

A área colhida de milho, na Região Sul, passou, ao longo da série, de 5,2 para 4,1 milhões de hectares (redução de 20,8%), movimento distinto aquele ocorrido no Brasil, onde houve crescimento de 66,7% nessa área. Dentre as outras três culturas, somente o arroz teve aumento na área, passando de 971 mil para 1,1 milhão de hectares (acrécimo de 13,4%), sendo o Rio Grande do Sul o principal produtor nacional dessa cultura. O movimento observado no arroz é distinto do país, dado que, na escala nacional, houve contração de 73% na área colhida.

Feijão e mandioca tiveram área reduzida em 58,7% e 34,1%, respectivamente, dinâmica semelhante ao que aconteceu no país, onde a área colhida de feijão reduziu em 56% e a da mandioca em 44,3%. Em dados absolutos, a área colhida de feijão, na Região Sul, foi reduzida de 1,4 milhão para 604 mil hectares, e a da mandioca de 279,3 mil para 184 mil hectares.

No que alude à quantidade produzida, percebeu-se que, em 1982, as cinco culturas correspondiam a 63,4% da quantidade total produzida (em toneladas), o que foi reduzido para 51,8%, em 2022. Aqui há uma diferença substancial em relação ao caso nacional, pois esses cinco produtos respondem por mais da metade da quantidade produzida em lavouras temporárias e permanentes no Sul, o que não acontece no caso brasileiro em virtude da quantidade produzida de cana-de-açúcar (IBGE, 2024b).

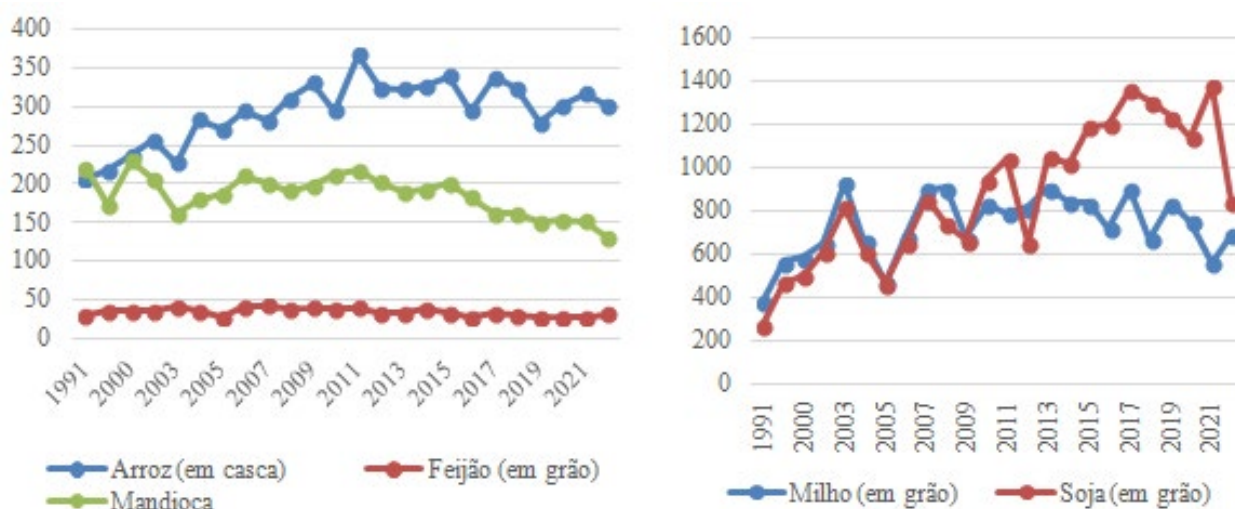
A soja e o milho são as duas culturas com maiores volumes produzidos, tendo a primeira deslocado sua participação de 19,9% para 21,9%, à medida que o milho passou de 24,9% para 17,9%. Arroz, feijão e mandioca, somados, em 1982, totalizavam 18,6% da quantidade produzida, percentual que foi reduzido para 12,0%, em 2022.

Em valores brutos, a produção de soja, milho e arroz aumentou na Região Sul. No primeiro produto, passou de 8,9 para 25,2 milhões de toneladas (acrécimo de 182,3%), no segundo, de 11,2 para 20,7 milhões de toneladas (adição de 84,7%), e no arroz de 3,2 para 9,0 milhões de toneladas (aumento de 179,6%). Já no feijão e na mandioca se observou redução na quantidade produzida, sendo que, no primeiro, diminuiu de 1,1 milhão para 926 mil (queda de 18,3%) e, na segunda, caiu de 4,0 para 3,8 milhões de toneladas (diminuição em 4,2%).



Na Figura 4, é possível perceber a evolução da produção per capita na região para as cinco culturas, entre 1991 e 2022. Analisando-se o comportamento da quantidade per capita produzida dos cinco produtos, constata-se que apenas a mandioca teve redução, passando de 220,1 kg, em 1991, para 129,5 kg, em 2021. As outras culturas apresentaram crescimento, sendo que o feijão passou de 29,2 kg para 31 kg, o arroz teve o volume aumentado de 206,5 kg para 300,9 kg, o milho de 379,5 kg para 691,5 kg e a soja de 271,2 kg para 844,4 kg⁴.

Figura 4 | Evolução da quantidade produzida anualmente (em kg), per capita, de arroz, feijão, mandioca, milho e soja, no Brasil, em anos selecionados



Fonte: Elaborada a partir dos dados da PAM (IBGE, 2024b) e dados populacionais (IBGE, 2025a).

No caso do arroz, o comportamento é distinto na Região Sul, havendo crescimento da disponibilidade regional, mas isso não significa abundância do produto para os consumidores nacionais. A partir das safras 2015/2016 até 2024/2025 houve crescimento no volume de exportações de arroz em casca por parte do Brasil, volume que passou de 0,9 milhão para 2 milhões de toneladas. Convém destacar que as importações também cresceram no período, as quais, na primeira safra, eram de 1,044 milhão, passaram para 1,4 milhão de toneladas no último período. Relativamente aos preços do arroz, ocorreu aumento, entre janeiro de 2013 e outubro de 2024, de modo que a saca

4 De 2021 a 2022, a produção de soja caiu de 41,9 para 25,3 milhões de toneladas na Região Sul, o que provavelmente decorreu de estiagem e seca regional, visto que nas demais regiões a produção aumentou.

que, em 2013, tinha o valor de R\$ 97,6⁵, passou a aproximadamente R\$ 160,00, em outubro de 2024 (+ 63,9%) (Mapa, 2024b).

No feijão, os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2024b) apontam que o consumo doméstico está próximo da produção, tendo ocorrido aumento no volume exportado e redução na importação, com preços cuja tendência foi de aumento entre janeiro de 2013 e outubro de 2024, alterando-se de R\$ 206,6⁶ para R\$ 250,00 a saca.

Conforme já mencionado neste texto, as mudanças produtivas verificadas a partir da análise das culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e soja, com base na PAM, estão alinhadas às transformações econômicas promovidas pelo processo de modernização conservadora, assim como pela posição do Brasil como fornecedor internacional de um conjunto específico de commodities. Nesse contexto, insere-se a compreensão sobre o crescimento exponencial dos volumes produzidos de milho e soja, com expansão da área a nível nacional. Isto é, o espaço agrícola é disputado entre culturas agrícolas, sendo nítida a redução da importância das culturas arroz, mandioca e milho, ficando evidente tanto na redução de área quanto no volume disponível per capita.

A redução na produção de itens essenciais como feijão e mandioca, mesmo com o aumento da produção agrícola total, compromete a soberania e segurança alimentar do país. Sob a ótica do desenvolvimento regional, isso significa a perda da capacidade de garantir o acesso à alimentação para suas populações. Este é um movimento contrário ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais e regionais, algo que o avanço da monocultura de *commodities* tem colocado em xeque, conforme os dados demonstram.

Os dados da PAM não permitem identificar se quem produz as culturas são agricultores familiares ou não familiares, contudo indicam a tendência de redução na produção de itens alimentares importantes na mesa dos brasileiros, ainda que com diferenças regionais, pois a produção de arroz aumentou na Região Sul. Dessa maneira, na perspectiva de complementar as análises e verificar como tem evoluído a produção na agricultura familiar, historicamente responsável pela produção de alimentos, a próxima seção busca apontar aspectos nesta direção.

5 O preço nominal informado pelo Mapa (2024b) era de R\$ 50,00, em janeiro de 2013. O valor corrigido via IPCA, até outubro de 2024, resultou nos R\$ 97,6 por saca (BACEN, 2024b).

6 O preço nominal informado pelo Mapa (2024b) era de R\$ 90,00, em janeiro de 2013. O valor foi corrigido com auxílio da calculadora do cidadão (BACEN, 2024b), via IPCA, até outubro de 2024, resultando em R\$ 206,6.

A DISPUTA DO USO DA TERRA NA AGRICULTURA FAMILIAR

As mudanças ocorridas nas seções anteriores estão vinculadas às políticas de Estado e não exclusivamente de governo, pois seus primórdios remontam à década de 1960, com o processo de modernização conservadora. Esse assentou as bases à ampliação da produção para exportação, contando com volumes elevados de crédito rural, via Sistema Nacional de Crédito Rural, além de importantes subsídios, acesso a serviços de assistência técnica, desenvolvimento de pesquisa agropecuária, entre outras medidas voltadas à produção de commodities em grandes extensões de terra (Delgado, 2012). Na década de 1990, essas políticas foram reestruturadas, com o direcionamento de maiores recursos para uma menor quantidade de culturas de exportação (Delgado, 2012; Atlas do Agronegócio, 2018; Campos, 2023).

A trajetória do uso da terra da agricultura familiar, historicamente, caracteriza-se pela produção de alimentos, desempenhando um papel fundamental na oferta de itens essenciais da cesta básica para o mercado interno. Consequentemente, essa produção contribui de forma substantiva para a segurança alimentar e nutricional do país (Flexor; Kato; Leite, 2022).

No entanto, essa característica vem sendo constrangida pela natureza da dinâmica econômica prevalente no Brasil, ancorada na exportação de commodities agrominerais, limitando o papel dessa categoria como elo essencial no desenvolvimento de um sistema agroalimentar, cujo objetivo principal seja o acesso à alimentação como um direito em si mesmo (Maluf; Menezes; Valente, 1996).

A agricultura familiar brasileira, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, ocupa 10,2 milhões de um total de 15,1 milhões pessoas vinculadas aos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2024a), respondendo por 67% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos, com uma média por unidade que oscila entre 2,4 (regiões Sul e Sudeste) e 3,3 (no Norte). Isso ocorre mesmo sendo proprietária de apenas 23% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, cuja média do tamanho da propriedade é de 20,8 hectares e responsável por 23% do Valor da Produção (VP) dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2024a; Valadares, 2022).

Na comparação dos dados de 2017 com o Censo agropecuário de 2006, sinaliza-se a redução em 10,7% no número de estabelecimentos da agricultura familiar⁷ (468.859 unidades a menos),

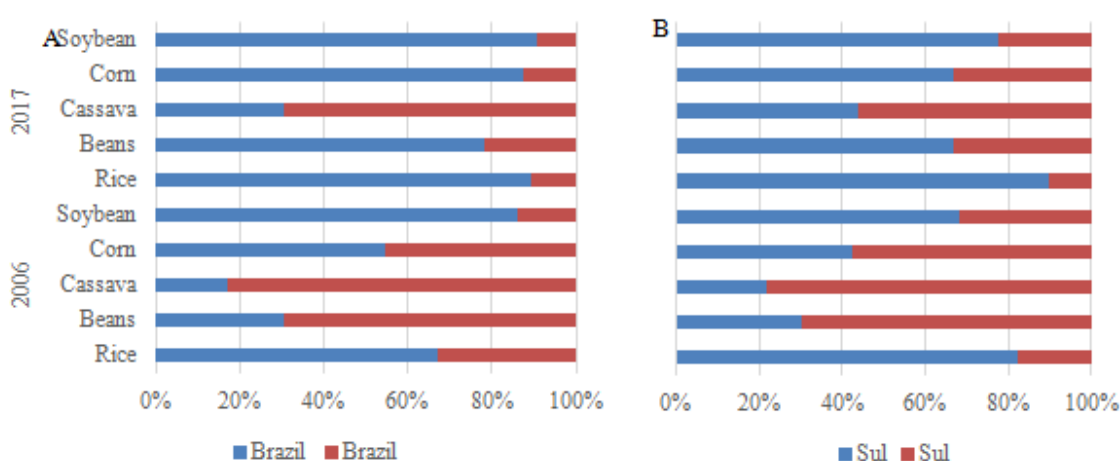
7 A mudança de metodologia adotada no Censo Agropecuário de 2017 provavelmente impactou na redução do número de estabelecimentos, como versam Valadares (2022) e Bianchini; Bazotti (2022).

sendo que a Região Sul apresentou a maior redução relativa, com 184.230 estabelecimentos a menos (-22%) (Bianchini; Bazotti, 2022). Valadares (2022) assevera que foram as regiões Sul e Nordeste que perderam maior número de estabelecimentos da agricultura familiar com até 10 hectares⁸. Todavia, apesar disso, ainda é elevado o número desses produtores nas duas regiões e, por esse motivo, faz-se necessário analisar como a categoria se comportou na produção das cinco culturas selecionadas nos anos de 2006 e 2017.

Concernente à evolução da produção entre os dois anos e nas cinco culturas, percentualmente, a agricultura familiar reduziu sua participação na quantidade produzida das cinco culturas, o que aconteceu tanto a nível nacional quanto na Região Sul (Figura 5).

No Brasil, em 2006, a agricultura familiar respondia pela produção de 33% de arroz, 69,6% de feijão, 83,2% de mandioca, 45,5% de milho e 14% de soja. Em 2017, esses percentuais reduziram para 10,9%, 22%, 69,5%, 12,5% e 9,3%, respectivamente. Dentre as cinco culturas, a categoria familiar ainda tem uma participação significativa na produção de mandioca e, em segundo lugar, de feijão (com apenas 22%). Entretanto, a agricultura não familiar produz o maior percentual da quantidade de arroz, feijão, milho e soja.

Figura 5 | Quantidade produzida (em %) pela agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nas culturas de arroz, mandioca, milho, feijão e soja em grão no Brasil (A) e na Região Sul(B), em 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2024a)

8 Para Bianchini; Bazotti (2022) supõem que tais estabelecimentos deixaram de ser considerados familiares em decorrências de não atenderem plenamente o que prevê a legislação que faz a classificação das categorias.

Na Região Sul, os dados não diferem do perfil nacional, posto que, em 2006, a agricultura familiar era responsável pela produção de 17,5% do arroz, 69,7% do feijão, 78,4% da mandioca, 57,6% do milho e 31,6% da soja. Em 2017, a categoria produziu, nesta ordem, 10,1%, 33%, 56,2%, 33,2% e 22,4%, destacando-se, na região, o crescimento da produção de feijão e arroz na agricultura não familiar.

Ao se observar os valores absolutos da quantidade produzida, nota-se que, no Brasil, a agricultura familiar produziu menos arroz, feijão, mandioca e milho, mas aumentou a produção de soja, comportamento que se repetiu na Região Sul. Ou seja, entre 2006 e 2017, os agricultores familiares reduziram os volumes produzidos de itens nos quais tradicionalmente se ocupavam para ampliar a produção da principal commodity agrícola nacional, a soja. Esse comportamento pode encontrar uma explicação no aumento do valor da produção da soja, decorrente dos aumentos de preços para o produto (Campos, 2023).

Valadares (2022), em sua pesquisa, assinalou que, na totalidade das culturas temporárias, a agricultura familiar reduziu sua participação de 29% para 14% no valor da produção entre os dois censos. Ainda consoante o mesmo autor, no caso da soja, há um aumento de 76% no valor da produção, enquanto no feijão a queda é de 70% e no arroz de 63%.

Nas lavouras temporárias, a área colhida pelos produtores familiares passou de 18,6 milhões (2006) para 9,8 milhões de hectares (2017), correspondendo a uma queda de 47,3%. Somente nos cultivos de milho e feijão a redução foi superior a seis milhões de hectares no período. Nos censos agropecuários de 2006 e 2017, as oito principais culturas de lavouras temporárias desenvolvidas pelos agricultores familiares eram milho, feijão, soja, mandioca, arroz, fumo, cana de açúcar e trigo. Em 2006, esses produtos somavam uma área colhida de 16,8 milhões de hectares, passando para 8,3 milhões, em 2017 (Valadares, 2022).

O recuo na área cultivada de feijão⁹ pelos agricultores familiares, a nível nacional, entre 2006 e 2017, vincula-se à retração da cultura nordestina¹⁰, da mesma forma que a do arroz. Já a queda na produção de mandioca corresponde à redução da área colhida dos agricultores do Norte e do Nordeste, ao passo que a perda relativa da área do milho equivale à perda da área do Nordeste e do Sul.

9 Os quatro tipos de feijão em grão (preto, de cor, fradinho) informados nos censos foram somados.

10 Entre 2012 e 2017, o Nordeste teve a mais longa seca da história, o que provavelmente afetou a estrutura fundiária e a produção total da agropecuária.

Na contramão, a soja, em termos absolutos, avançou em todas as regiões, exceto no Nordeste. Sua área colhida em estabelecimentos familiares saltou de 13,7 mil para 38,1 mil hectares no Norte; de 78,5 mil para 150,7 mil hectares no Sudeste; e de 260,4 mil para 386,6 mil hectares no Centro-Oeste; já na agricultura familiar gaúcha perdeu espaço (Valadares, 2022, p. 169). Isso revela uma relação entre o porte dos estabelecimentos e o tipo de uso da terra.

As mudanças na hierarquia das culturas produzidas, nos seus valores, assim como na estrutura fundiária da agricultura familiar, guardam sinergia com as características da principal política agrícola direcionada a este segmento, o Pronaf. Uma análise dos valores disponibilizados por este instrumento, de 2013 a 2022, sugere que, no custeio agrícola, os produtos com maiores valores financiados foram bovinos, soja, milho, café e trigo. No mesmo período, quando observada a alocação de recursos para investimentos, o programa financiou principalmente bovinos, tratores, máquinas e implementos (BACEN, 2024a).

Importa mencionar que o Pronaf exhibe desigualdades regionais, socioeconômicas e produtivas. Em termos regionais, a distribuição concentra maiores volumes de recursos no Sul. No que tange às desigualdades socioeconômicas, os agricultores mais capitalizados acessam montantes mais elevados de financiamento e de custeio, o que fica ilustrado nos produtos com maiores volumes financiados¹¹. No aspecto produtivo, as culturas de commodities (bovinos/carnes, soja, milho, café) e atividades integradas acessam maiores proporções de recursos (Valadares, 2021; Aquino; Gazolla; Schneider, 2018).

A análise do Pronaf revela um paradoxo para o desenvolvimento regional. A principal política voltada para a agricultura familiar acaba por reforçar o modelo agroexportador e aprofunda desigualdades regionais, ao concentrar recursos no Sul e financiar a produção de soja e milho (Gazola, Viganó e Marini, 2020; Valadares, 2021; Wesz Junior, 2021). Em vez de atuar como um instrumento para fortalecer a diversificação das economias locais, a política parece acelerar a integração dos agricultores familiares mais capitalizados à lógica das *commodities*, fragilizando ainda mais os produtores de alimentos e suas regiões.

Apesar das mudanças do uso do solo dos produtores familiares, estes continuam

11 Apesar do aumento de recursos para a agricultura familiar via Pronaf (2019-2024), o hiato de crédito persiste, pois, a agricultura empresarial concentrou mais de 80% dos recursos no período (Mapa, 2024a; Dieese, 2023).

predominando na produção de determinados alimentos, tais como açaí (70,8%), mandioca (69,6%), abacaxi (67,1%), alface (64,4%) e leite de vaca (64,2%), além da participação elevada na produção de banana (48,5%), entre outros (Rosa Neto, Silva e Araújo, 2020). Em se tratando especificamente da produção vegetal extrativista, a participação da agricultura familiar brasileira chega a 75% do total produzido no país (Valadares, 2022).

Wander *et al.* (2021) destacam que a categoria pode atuar de forma exitosa na oferta de grãos relevantes na dieta do povo brasileiro, como é o caso do feijão cuja comercialização é viável em pequenas quantidades, tem maior valor por unidade produzida em comparação com outros grãos, permite o plantio consorciado, a produção pode ser feita em áreas menores, com menos mão de obra, além de ser importante item para o autoconsumo.

Concomitantemente a sua contribuição na produção de um diverso leque de alimentos saudáveis e sustentáveis, a agricultura familiar tem um papel essencial na economia rural, uma vez que, “responde por 40% da renda da população economicamente ativa, e pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total de unidades no Brasil” (Contag/Dieese, 2023, p. 6) sendo importante instrumento para o combate à fome e miséria. Este fato se contrapõem a dinâmica da agricultura empresarial, ancorada na exportação das commodities agrícolas, caracterizada pela criação de um baixo número de empregos formais (Ramos, 2007), acompanhado pela queda na produção de alimentos integrantes do cardápio dos brasileiros (IBGE, 2024b).

Nesse sentido, é importante mencionar que a fragilização dos agricultores familiares de menor porte, além de significar a diminuição da produção de uma maior diversidade de alimentos, afeta diretamente a economia de pequenos municípios, sobretudo no Sul e no Nordeste. Os dados analisados confirmam que o volume produzido pelos agricultores familiares de arroz, feijão, mandioca e milho vem caindo, com redução no total produzido de feijão e mandioca e com pequeno crescimento na disponibilidade de arroz. O resultado destas mudanças é uma menor quantidade de arroz, feijão e mandioca disponíveis para a população brasileira, ao mesmo tempo em que seus preços apresentam elevações, comprometendo a soberania e segurança alimentar (Vigisan, 2022).

A análise da Região Sul evidencia a tensão entre a produção dedicada ao mercado interno e o externo. De um lado, o agronegócio, especializado em *commodities* como soja e milho, que se

expande e se consolida. De outro, a agricultura familiar, caracterizada pela diversidade produtiva e pelo abastecimento do mercado interno. Os resultados demonstram que a produção de commodities avança sobre a produção direcionada ao consumo interno, inclusive *dentro* da própria agricultura familiar, que amplia a produção de soja em detrimento de alimentos. Isso sugere uma transformação que não é apenas produtiva, mas que reconfigura as relações de poder e a própria vocação econômica da região, com implicações diretas para a sustentabilidade e a equidade do seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica do processo de acumulação de capital, predominante na economia brasileira, tem cerceado a satisfação das necessidades mais básicas da população, como é o caso da alimentação. Essa dinâmica é o pano de fundo das transformações recentes observadas na reprodução da agricultura empresarial e familiar, uma vez que há a substituição de culturas direcionadas ao mercado interno pela produção de soja, reduzindo a oferta de alimentos fundamentais na cesta alimentar dos brasileiros, como o feijão e a mandioca.

Nesse sentido, parte dos segmentos da agricultura familiar vai se aproximando, parcialmente, da trajetória do agronegócio, isto é, aumentando a produção de commodities. Ao mesmo tempo, registra mudanças na escala dos empreendimentos, com redução no número de agricultores familiares de menor porte do Nordeste e do Sul, revelando sua fragilização.

A ampliação exponencial na área colhida e volumes produzidos de milho e soja a nível nacional se replica na Região Sul. Nesta última escala, a agricultura empresarial é a responsável inclusive pelo aumento na produção de mandioca e feijão, culturas que historicamente a produção familiar predominava.

Apesar do constrangimento da agricultura familiar como agente essencial na construção de um sistema agroalimentar soberano, em bases nacionais, e de qualidade, por parte da principal política de Estado para esse segmento, o Pronaf, essa categoria continua sendo a fonte de um diverso leque de itens do sistema agroalimentar do país, haja vista seu potencial como agente primordial nessa construção.



O sentido das transformações produtivas da agricultura brasileira, em nível nacional e na Região Sul, impacta diretamente o desenvolvimento do país. Essas mudanças afastaram o Brasil das condições básicas para a superação do subdesenvolvimento, entendidas como a “capacidade de satisfazer um conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias, ainda que definidas com imprecisão” (Furtado, 1995, p. 159).

Reafirma-se, desse modo, um pacto de dominação que acirra as desigualdades e privações materiais da nossa sociedade. Retomando as palavras de Sampaio Jr. (2017) segundo o qual, na atual fase da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o Brasil voltou a ser produtor de bens primários, impossibilitando a superação do atraso econômico e ampliando a deterioração das condições de vida da população.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul pelo apoio financeiro via edital 73/GR/UFSF/2023, em que foi aprovado o projeto PES 2023_0292, do qual foram utilizados recursos para revisão gramatical deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.O. de. Et al. Peso médio do abacaxi no Brasil: um tema em discussão. *Bahia Agrícola*, v. 6, n.3, nov. 2004.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/?lang=pt>>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- ATLAS DO AGRONEGÓCIO. **Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass, Organizadoras. 2018. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 60 p.
- BACEN. Banco Central do Brasil **Desempenho regional das exportações brasileiras (2000-2020)**. Boletim Regional. Agosto. 2021 Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202108/br202108b4p.pdf>>. Acesso em 20 de março 2024.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural** - Informações sobre o Pronaf. 2024a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em 20 março 2024.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Calculadora do cidadão**. 2024b. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em 20 outubro 2024b.
- BIANCHINI, V.; BAZOTTI, A. Mudanças metodológicas e numéricas nos estabelecimentos familiares no Censo Agropecuário 2017 – Brasil e Paraná. *Revista Grifos*. Edição Vol. 31, núm. 57, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6682>



CAMPOS, A. de. **O custo da soja para o Brasil**: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva. 2023. Disponível em: <https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2023/10/O-custo-da-soja-para-o-Brasil_renuncias-fiscais-subsidios-e-isencoes-da-cadeia-produtiva.pdf>. Acesso em 25 março 2024.

CONTAG/DIEESE. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2023/Ano 2**. 2023. Agricultura familiar: quem não vive dela, depende dela para viver! Disponível em: <https://www.fetaesc.com.br/sistema/sys/componente_comum/tinyMCE/plugins/filemanager/source/ANU%C3%81RIO%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%202024.pdf>. Acesso em 21 março 2024.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Síntese especial**: subsídios para debate – Considerações sobre o Plano Safra 2023/2024 da Agricultura Familiar. N. 14, de 20/07/2023.

FLEXOR, G.; KATO, Karina; LEITE, Sérgio Pereira. **Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In.: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (orgs.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Unijui, 2005.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 15, nº 2 (58), pp. 157-162, abril-junho, 1995.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. Ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAZOLLA, Marcio; VIGANÓ, Caroline; MARINI, Marcos Junior. Pronaf no Estado do Paraná: quais lógicas de desenvolvimento têm sido fortalecidas? **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**. V. 10, p. 751-773, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. **Censo Agropecuário de 2017 e Censos Demográficos**. 2024a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>>. Acesso em 30 março 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. 2024b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PA/A/25/T/5457>>. Acesso em 30 março 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sistema IBGE de Recuperação Automática -SIDRA. Censo Demográfico, Contagem da População, Estimativas da População. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em jan. 2025a.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Produção Agrícola Municipal – PAM. Mudança da unidade de medida das frutíferas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/content/documentos/pam/AlteracoesUnidadesMedidaFrutas.pdf>. Acesso em fev. 2025b.

MACEDO, F. C. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campinas Grande (PB): EdUEPB, 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Assuntos: política agrícola** - principais publicações. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>> Acesso em: 22 abril 2024a.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sumários Executivos de Produtos Agrícolas**. 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/sumarios-executivos-de-produtos-agricolas>> Acesso em 11 novembro 2024b.



MELLO, J. M. C. de **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996.

PIRES, M.J.S. Características das estruturas produtivas agrícolas regionais brasileiras entre 1995 e 2021. Rio de Janeiro: **IPEA, texto para discussão, n. 2914**. 2023.

ROSA NETO; C., SILVA, F. de A. C., ARAÚJO, L. V. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? **Embrapa Notícias**, 08 de set. 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>>. Acesso em: 19 abril 2024

RAMOS, P. **Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira**. IN: Ramos, Pedro et al. Brasília: MDA, 2007. 360 p.

SALAMA, P. Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 127-139, 2016.

SAMPAIO Jr., P. de A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. En publicación: **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. ISBN: 978-987-1183-75-3, 2007.

SAMPAIO, D. P. Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Semestre Económico**, Medellín, v. 22, n. 50, p. 107-128, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a6>.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização relativa regional no Brasil (2000-2015). **Geosul**, Florianópolis, v. 39, n. 89, p. 68-94, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2024.e85546>.

VALADARES, A. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: uma revisão bibliográfica (2009-2019). Texto para discussão 2706. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

VALADARES, A. Agricultura Familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. In: **Agricultura e diversidades**: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Orgs. SANTOS, Gesmar R. dos. SILVA, Rodrigo P. da Silva. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (livro eletrônico)**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo/SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

WANDER, A. E.; SILVA, O. F. da; FERREIRA, C. M. O arroz e o feijão no Brasil e no mundo. IN: Ferreira, C. M.; BARRIGOSI, J. A. F. (ed.). **Arroz e feijão**: tradição e segurança alimentar. Brasília, DF: Embrapa; Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2021.

WESZ JR, Valdemar João. O Pronaf Pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos – Unochapecó**. Dossiê: Pronaf 25 anos: histórico, transformações e tendências. Edição vol. 30, núm. 51, 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



